

VÍTOR TOMÉ

O JORNALISMO PÓS-SNOWDEN EM CONTEXTOS DE ACELERAÇÃO SOCIAL

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX ficaram marcadas pelas “crises gémeas do autoritarismo e do socialismo” das quais resultou uma “ideologia potencialmente universal: a democracia liberal, doutrina da liberdade individual e da soberania popular” (Fukuyama, 1991, p. 67). Fundada nos princípios das revoluções americana e francesa esta ideologia afirmou-se como garante dos direitos civis, religiosos e políticos de cada cidadão, do acesso ao mercado de trabalho, à educação e à saúde, bem como ao exercício da liberdade de expressão e a liberdade de Imprensa.

O Estado, legitimado pelo voto, chamou a si a responsabilidade de organizar a sociedade no sentido de garantir esses direitos, de trilhar o caminho para o bem-estar social. Mas já estava em curso, desde os anos 70 do século passado, “um processo de neoliberalização” económica. Esse processo, “que hoje se tornou universal”, teve como consequência uma perda de controlo político por parte dos estados, “deixando aos mercados a decisão acerca de como a sociedade é organizada” (Hassan, 2008, p. 221).

Esta perda de controlo e de poder, por parte do Estado, é atribuída por Rosa (2015) à aceleração social crescente, que altera as estruturas sociais e os modelos culturais, seja em relação à vida quotidiana, das perspetivas da vida como um todo e do enquadramento histórico, as quais são interdependentes e estão em permanente reconstrução. Nesta aceleração, o tempo parece sempre deslocado, pelo que vivemos um continuado tempo de crise e numa crise do tempo, que choca com a necessidade de tempo e ponderação que o poder político necessita para se organizar e decidir de forma democrática.

A regulação estatal é exigida num crescente número de domínios sociais, pois o processo legislativo decorre num contexto de mudança

permanente, o que obriga, não só a mais legislação, mas também a uma frequente revisão do que já está legislado e dos planos estabelecidos. As decisões políticas são mais lentas do que os processos que regulam e, como têm efeitos cada vez mais profundos na sociedade, tendem a ser cada vez mais demoradas, por serem necessários mais estudos e análises prévias. Além disso, o processo democrático das decisões, a criação de consensos ou maiorias, é também cada vez mais difícil (Rosa, 2015).

Pode-se dizer que a tomada de decisão em economia, que já era mais rápida que a da política, aumenta exponencialmente o seu ritmo com a evolução tecnológica. A era atual está marcada por uma dessincronização entre “a ‘temporalidade intrínseca’ da política e as estruturas temporais das outras esferas sociais, em particular a economia e o desenvolvimento tecnológico mas, cada vez mais e também, entre organização política e desenvolvimento sociocultural” (Rosa, 2015, p. 259). A dessincronização ocorre ou pode ocorrer também entre outros subsistemas (ex: educação e ciência) ou até dentro de cada subsistema (em economia ocorrem situações em que se lança um novo produto no mercado ainda antes de acabar a fase de testes).

Ao perceber que diminui o seu poder, o subsistema político procura estratégias de adiamento da aceleração social, para manter o controlo, abdicando de alguma regulação. O resultado é a transformação do papel do sistema político, “que já não age, mas reage de acordo com as exigências de cada situação”, ou seja, “é forçado a conformar-se com as normas dos subsistemas mais rápidos” (Rosa, 2015, p. 268), renuncia a algum controlo para manter oportunidades de controlo futuras.

Os novos “centros de poder” (Hassan, 2008, p. 193) são as grandes corporações, hoje verdadeiras entidades políticas que expressam “uma ideologia política particular: o neoliberalismo” (Hassan, 2008, p. 196), o que não as impede de se adaptar, como foi o caso do Google, na China. Para continuar a atuar no gigante asiático, em 2006, a corporação americana acedeu ao pedido do governo chinês e modificou o seu motor de busca para que os internautas chineses deixassem de ter acesso a conteúdos considerados perigosos por Pequim, como informação sobre o Tibete, direitos humanos ou democracia.

A adaptação destas corporações ocorreu também nos Estados Unidos da América, como refere Snowden (2015):

Alguns dos mais populares fornecedores mundiais de Internet foram listados como parceiros nos programas de vigilância em massa da NSA e as companhias tecnológicas

estão a ser pressionadas por governos de todo o mundo para trabalharem contra os seus clientes em vez de o fazerem a favor deles. (Snowden, 2015, p. 9)

Se a economia ganhou à política em termos de apropriação e exploração eficaz do potencial tecnológico, existem interesses comuns, pois “economia e política dizem respeito a poder social e hoje o poder está nos bites e nos bytes que incorporam o tráfego na rede” (Hassan, 2008, p. 217).

O sistema político é hoje um “travão ou um entrave à velocidade”, à aceleração social (Rosa, 2015, p. 195), pois não abdica de controlar a sociedade, quer pela via legislativa, quer através dos serviços de informação associados ao subsistema militar, que também controla. Esta ação ficou clara após uma fuga de documentos militares americanos entregues aos jornalistas por Edward Snowden, em 2013, um caso que aqui analisamos em particular, sobretudo os seus impactos no jornalismo e na perceção social do controlo do Estado, pois o conceito de liberdade de expressão viu as suas fronteiras redefinidas, o que é justificado com a necessidade de combater o terrorismo (Poseti, 2015).

A FUGA DE EDWARD SNOWDEN

A 7 de junho de 2013, o *Washington Post* e o *The Guardian US* revelaram que os Estados Unidos da América tinham desenvolvido, em 2007, o programa de vigilância PRISM, através do qual a *National Security Agency* (NSA) tinha acesso aos servidores de empresas telefónicas e dos gigantes da internet (Microsoft, Yahoo, YouTube, Apple, Facebook, Skype, PalTalk, AOL) e podia intercetar as mensagens dos internautas de todo o mundo (Gellman & Poitras, 2013; Greenwald & MasAskill, 2013).

A 29 de junho, a alemã *Der Spiegel* revelava um segundo escândalo: os Estados Unidos tinham também espiado os dirigentes europeus em Washington, na ONU e até em Bruxelas (Poitras, Rosenbach, Schmid & Stark, 2013) algo que era revelado precisamente no momento em que se iniciavam as negociações do futuro acordo de comércio livre entre a União Europeia e os Estados-Unidos, que seriam suspensas por Paris, a 3 de julho (Le Parisien, 2013). A crise diplomática estava instalada.

A fonte de informação era Edward Snowden. Nascido a 21 de junho de 1983, no Maryland, especialista em informática na empresa Booz Allen Hamilton, subcontratada pela NSA, contactou jornalistas do *The Guardian US* e do *Washington Post*, a 15 de maio de 2013. A 20 desse mês deixou o

Havai, onde trabalhava, e partiu para Hong Kong onde, a 9 de junho, disse ter agido dessa forma para não deixar que o Governo norte-americano “destruir a vida privada, a liberdade da internet e as liberdades essenciais das pessoas de todo o mundo” (Le Parisien, 2013). A 22 de junho revelava ao *South China Morning Post* que, entre as centenas de milhares de computadores espiados, se encontravam em Hong Kong e na China (Lam & Chen, 2013).

No dia seguinte, o FBI confirmava a abertura de uma investigação judicial a Snowden, justificando a existência dos programas de vigilância com o combate ao terrorismo. O Departamento de Justiça americano acusava-o de espionagem, roubo e utilização ilegal de instrumentos governamentais e pedia a sua detenção a Hong Kong. Mas Snowden partiu para a Rússia e terá pedido asilo ao Equador, como o fizera o fundador do *Wikileaks*, Julian Assange, então refugiado, há meses, na embaixada do Equador em Londres. A 25 de junho, o presidente russo, Vladimir Putin, garantia não ceder a ameaças americanas para entregar o analista. O Equador renunciava ao acordo de comércio com os EUA e atribuía um visto a Snowden (Le Parisien, 2013).

O asilo político demoraria meses a ser concedido, pelo que Snowden solicita-o a mais 20 países europeus, asiáticos e sul-americanos. A 3 de julho, o presidente da Bolívia, Evo Morales, partiu de Moscovo e foi obrigado a fazer escala em Viena, depois de vários países europeus, entre eles a França, não autorizarem a passagem do voo no seu espaço aéreo. Suspeitava-se que Snowden ia no avião. O avião chegou a La Paz no dia seguinte, mas o americano não.

Onde estava Snowden, o homem mais procurado do mundo? James Bamford, ex-agente da inteligência americana, escritor e jornalista, entrevistou-o para a *Wired Magazine* em agosto de 2014. O ex-analista estava em Moscovo e recebera, a 7 de agosto, autorização de asilo temporário por mais três anos. Levava uma vida pacata, mas com cuidados extremos. “quando nos sentamos, ele tira a bateria do telemóvel. Eu deixei o iPhone no meu hotel”, pois “um telemóvel, mesmo desligado, pode ser facilmente transformado num microfone da NSA” (Bamford, 2014, p. 1).

Os documentos secretos não estavam com ele, mas com os jornalistas da *First Look Media*, do *The New York Times* (cedidos pelo *The Guardian* depois das ameaças do Governo britânico) e do *Washington Post*. Não eram 1,7 milhões, como a NSA anunciara, mas bastante menos. Snowden deixou pistas para que a agência pudesse saber os que foram copiados e os que apenas foram vistos, mas a investigação da agência terá falhado

e não saberá, de facto, o que ele copiou: “eles pensam que há uma arma fumegante [nos documentos] que pode ser a morte política deles todos” (Bamford, 2014, p. 2).

Na entrevista, não admite que possa haver outra pessoa que tenha copiado documentos, escondendo-se sob o seu rasto. Mas Bamford refere claramente essa possibilidade, pois teve acesso aos documentos em vários locais e não encontrou alguns que vieram a público como fazendo parte dos que Snowden entregou aos jornalistas. “Não sou o único a chegar a esta conclusão” (Bamford, 2014, p. 2), referindo outros que o disseram publicamente e dando exemplos, como os documentos em que a *Der Spiegel* se baseou para afirmar que a chanceler Angela Merkel fora espiada. O próprio Governo americano viria a admitir isso, segundo a revista francesa *L'Express* quando, a 6 de agosto de 2014, revelava que um documento que servia de base a notícias da CNN teria sido criado pela NSA em agosto de 2013, portanto depois de Snowden ter saído dos EUA (Godignon, 2014).

A *Wired Magazine* conta a história pessoal de Snowden, desde o Liceu ao Exército e à CIA, que o colocaria na Suíça, com passaporte diplomático. Esteve depois no Japão, onde trabalhou na Dell, através da CIA. Corria o ano de 2010 e foi ali que se apercebeu do enorme poder de vigilância da NSA. A agência “era capaz de mapear o movimento de qualquer pessoa numa cidade, monitorizando o endereço MAC, o identificador único emitido por cada telemóvel, computador e qualquer outro dispositivo eletrónico” (Bamford, 2014, p. 4). O conhecimento dessas potencialidades seria aprofundado no Havai, onde chegou em 2012, como engenheiro de topo, com acesso a toda a informação, exceto à “agressiva atividade de ciber-guerra da NSA no mundo” (Bamford, 2014, p. 5). Teria acesso a ela depois, através da sua atividade na Booz Allen. Aí entrou no “mundo secreto da inserção de *malware* em sistemas de todo o mundo e do roubo de gigabytes de segredos estrangeiros” (Bamford, 2014, p. 5).

Snowden revela que a Síria ficou sem acesso à internet no decorrer de 2012 porque a NSA tentou introduzir-se nos *routers* centrais de um dos maiores fornecedores de internet a operar naquele país. A operação não correu bem e o *router* ficou inoperacional. Mas a informação foi mais longe: percebeu a capacidade da NSA de guardar os dados de milhares de milhões de chamadas telefónicas, faxes, emails, transferências entre computadores e mensagens de texto, de todo o mundo, a cada hora. Não concordava de modo nenhum com isso. Agiu, mas está convicto que o jogo não terminou: “a questão para nós não é que nova história será revelada a seguir. A questão é: O que é que nós vamos fazer acerca disto?”

O JORNALISMO SOB VIGILÂNCIA

Na era “post-Snowdenleaks” (Poseti, 2014a, p. 32) está em causa a privacidade dos cidadãos e, ainda mais, por razões óbvias, dos jornalistas e das suas fontes. A 19 de janeiro de 2015 o *The Guardian*, com base nos documentos de Snowden, denunciou que o *Government Communications Headquarters* (GCHQ), a agência de inteligência britânica, recolheu emails recebidos e enviados por jornalistas das maiores empresas *media* do Reino Unido e dos EUA. “As comunicações dos jornalistas estavam entre 70.000 emails recolhidos em menos de 10 minutos, num dia de novembro de 2008 por um dos muitos dispositivos de recolha de dados nos cabos de fibra ótica que compõem a espinha dorsal da internet” (Ball, 2015, p. 4).

Entre essas mensagens de correio eletrónico de e para a *BBC*, *Reuters*, *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *The Sun*, *NBC* e *The Washington Post*. Existiam também mensagens de outros profissionais, pelo que não se pode inferir que foi uma ação dirigida a jornalistas. Mas noutros documentos revelados por Snowden e referidos pelo jornal britânico, o GCHQ considerava os jornalistas de investigação como uma ameaça, à frente de agências estrangeiras, terroristas, *hackers* ou criminosos:

Jornalistas e repórteres de todos os media de informação representam uma potencial ameaça à segurança. (...) Sob preocupação específica estão os jornalistas de investigação, especializados em denúncias relacionadas com a defesa, seja para obterem vantagens ou no âmbito do que dizem ser o interesse público. (...) Todos os tipos de jornalistas podem, formal ou informalmente, junto de pessoas fora de serviço, obter informação oficial à qual não têm direito. (...) Estas abordagens são uma ameaça real, [pelo que devem ser] imediatamente reportadas à cadeia de comando. (Ball, 2015, pp. 18-21)

As preocupações concretizaram-se, pois vários jornalistas sentiram-se vigiados. Em 2013, Glenn Greenwald não conseguia aceder a uns arquivos de Snowden e contactou David Miranda, jornalista de *O Globo*, o diário brasileiro que denunciou a vigilância em massa americana no Brasil (Greenwald, Kaz & Casado, 2013). Miranda estava a viajar do Rio de Janeiro para Berlim e fez escala em Londres. À chegada, foi detido pela polícia e interrogado durante nove horas, o tempo máximo permitido ao abrigo da Lei anti-terrorismo (*Terrorism Act*, 2000). Os 60 gigabytes do disco que tinha consigo estavam encriptados, mas as autoridades conseguiram descriptar 75 páginas de documentos (Bamford, 2014). Dias depois, já no Brasil, referia ao *The Guardian*: “ameaçaram-me o tempo todo e disseram-me que

me iria para a prisão caso não cooperasse. Foi extenuante e frustrante, mas eu sabia que não iria fazer nada errado” (Watts, 2013, p. 3).

Janine Gibson, editora-chefe do *The Guardian*, refere que chegou a viver com medo (Gibson, 2014):

Tive momentos em que pensei que era inimiga do Estado (...) momentos como quando o James Ball, o nosso homem das tecnologias, descobriu uma aplicação no meu telefone, a qual não tinha nome e estava a recolher dados (...) e algumas vezes apercebi-me de pessoas sentadas muito perto de nós, como se nos seguissem. (Poseti, 2014a, p. 11)

Já o computador de Luke Harding, também do *The Guardian*, parecia ter vida própria (Poseti, 2014a):

Escrevi que as revelações de Snowden tinham as empresas tecnológicas americanas e os seus objetivos. Algo estranho aconteceu. O parágrafo que eu tinha acabado de escrever começou a autoapagar-se. O cursor moveu-se rapidamente para a esquerda, devorando o texto. Vi as minhas palavras desaparecerem. Quando tentei fechar o meu arquivo de *Open Office*, o teclado começou a piscar e a apitar. (Poseti, 2014a, p. 34)

O editor do *The Guardian*, Alan Rusbridger, foi contactado no sentido de destruir os discos que tinha recebido com os ficheiros de Snowden sob pena de enfrentar um processo legal que poderia levar ao encerramento do jornal. Os discos com a informação seriam destruídos em agosto (Borger, 2013). Mas a pressão sobre o jornalismo não ficaria por aí, levando instituições internacionais, as empresas jornalísticas e os jornalistas a reagir.

○ JORNALISMO SOB AMEAÇA

Nos Estados Unidos, 64% dos jornalistas acreditam que o Governo recolheu dados acerca das suas chamadas telefónicas, emails e outras comunicações eletrónicas, percentagem sobe para 71% entre os jornalistas dedicados à investigação e à secção de internacional, e só 2% dos inquiridos têm “muita confiança” na capacidade do seu fornecedor de internet na proteção os seus dados (Holcomb, Mitchell & Purcell, 2015). Os jornalistas mudaram a forma como falam ao telefone e como usam o correio eletrónico mas, mesmo assim, hoje é quase impossível manter o anonimato das fontes, pelo que é necessário que todos façam algo (Poseti, 2014a, p. 33).

A Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou, em dezembro de 2013, uma resolução de consenso que defende o direito à privacidade, *offline* e *online*, sendo esta última uma novidade absoluta. A proposta, apresentada pelo Brasil e pela Alemanha, seguiu-se a uma intervenção, meses antes, da Comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Navi Pillay, que usou o caso Snowden para demonstrar a necessidade urgente de proteger as pessoas que revelam violações aos direitos humanos:

O caso Snowden mostrou a necessidade de proteger pessoas que revelam informações acerca de assuntos que têm implicações nos direitos humanos, bem como a importância de assegurar o respeito pelo direito à privacidade () As pessoas precisam de confiar que as suas comunicações privadas não estão a ser indevidamente escrutinadas pelo Estado. (United Nations, 2013, pp. 7-11)

Na 37ª sessão da Assembleia-Geral, em 2013, a UNESCO lançou uma consulta pública internacional acerca da privacidade, liberdade de expressão, acesso e ética na internet (Poseti, 2014b), após proposta do Brasil, o país sul-americano alegadamente mais espiado no âmbito do programa de vigilância de massa americano (Greenwald, Kaz & Casado, 2013). O documento referia que “a privacidade é essencial para proteger as fontes jornalísticas, que permitem à sociedade beneficiar do jornalismo de investigação, além de reforçarem a boa governança, o respeito pela Lei, pelo que a privacidade não pode estar sujeita a interferência arbitrária ou ilegal” (Unesco, 2013, p. 8). Então, o diretor da Unesco para a Liberdade de Expressão e Desenvolvimento dos Media, Guy Berger, manifestou interesse em ouvir empresas de média e jornalistas acerca do assunto. “Os denunciantes terão medo de contactar os jornalistas se houver razão para duvidarem da confidencialidade. O efeito? Menos notícias acerca de corrupção ou abuso chegarão ao público e todos estaremos pior informados. E nada pode ser feito em relação a problemas que permanecem escondidos” (Poseti, 2014a, p. 10).

Na área da proteção de fontes de informação, a consulta internacional da Unesco foi desenvolvida focou-se em 121 países, tendo identificado desenvolvimentos, sobretudo negativos, em 84. Os resultados mostram que as leis de proteção das fontes estão em risco de erosão ou ameaça devido a quatro fatores: i) aumento da legislação antiterrorismo, com mais informação classificada e limitações à ação dos jornalistas; ii) generalização da vigilância em massa e também específica de jornalistas; iii) obrigatoriedade de os fornecedores de internet guardarem, durante mais tempo, os registos

(e os conteúdos) das comunicações dos cidadãos; iv) as leis de proteção de fontes não distinguem claramente os jornalistas daqueles que não o são. O estudo recomenda aos estados que reforcem as leis de proteção de fontes, que correm riscos para denunciar situações aos jornalistas, sob anonimato. Aponta a necessidade de formar os jornalistas em segurança digital, pelo que as empresas jornalísticas devem investir nesta área (Poseti, 2015).

A necessidade é reforçada nos resultados de um estudo que analisou as práticas de segurança informática de 15 jornalistas americanos e franceses, do qual se concluiu que aqueles profissionais encaram certas medidas de segurança como limitadoras da sua atividade profissional (ex: comunicação encriptada pode limitar o contacto com colegas que não a sabem decifrar). Mesmo assim, estão interessados em ferramentas que permitam encriptar mensagens de correio eletrónico, a partilha de ficheiros e as chamadas telefónicas. Dada a sua fraca preparação nesta área, urge proteger os seus metadados, hoje “legal e tecnicamente desprotegidos”, pelo que devem ser desenvolvidas “soluções efetivas, úteis e transparentes” para eles (McGregor, Charters, Holliday & Rosner, 2015, p. 411).

A RESPOSTA DOS JORNALISTAS

O *Tow Centre for Digital Journalism* (s. d.) desenvolveu um projeto de investigação em 2014 denominado “O jornalismo depois de Snowden”, dirigido a jornalistas, académicos e outros, no sentido de responder à questão: “Qual é o papel do jornalismo num estado sob vigilância?” (p. 3). Os resultados, apresentados em fevereiro de 2015, mostram que, apesar de um em cada dois jornalistas não possuir qualquer formação na área de segurança eletrónica, não deixaram de investigar por recearem estar a ser vigiados. Apenas 14% referiram ter abandonado investigações, nos 12 meses anteriores, por motivos dessa ordem. Porém, metade dos inquiridos mudou a sua forma de guardar documentos sensíveis, 30% alteraram a forma de comunicação com outros profissionais e 38% segmentaram a forma de contacto com as fontes (Holcomb, Mitchell & Purcell, 2015).

Os jornalistas ficaram “traumatizados pela ação dos serviços de segurança na apuração do caso Snowden”, pelo que “estão adotando medidas similares às dos espões e evitam ao máximo expor suas conversações, especialmente *online* e por telefone” (Rech, 2014, p. 4). Algumas redações apostaram em sistemas de segurança sofisticados, enquanto outras voltaram aos blocos de notas e às reuniões clandestinas, de modo a evitar a vigilância eletrónica por parte dos Estados.

O editor-chefe do *Süddeutsche Zeitung*, Wolfgang Krach, aponta duas consequências do caso Snowden:

Por um lado, encoraja mais os jornalistas do que eles estavam antes para investigar antes de confiarem nas autoridades. Por outro lado, obrigou-nos a mudar o comportamento jornalístico: temos de repensar totalmente a nossa relação com as fontes com as pessoas e os denunciantes que nos dão informação. (Poseti, 2014a, p. 33)

O jornalista Alan Pearce, autor do livro *Deep Web for Journalists: Comms, Counter-Surveillance, Search*, refere que a vigilância não vem só dos governos, mas também de organizações criminosas, corporações, partidos políticos, de investigadores privados, entre outros, interessados em informação de diverso tipo, ainda mais se acederem a ela antes de ser publicada. E conclui: “a vigilância em massa ameaça a existência do jornalismo. Se não conseguimos investigar em privado e corresponder-nos com confiança, está tudo comprometido” (Poseti, 2014a, p. 35).

O editor de projetos especiais do *The Guardian*, nos EUA, James Ball, terá voado 130 mil milhas só em maio de 2013, após ter decidido atravessar o Atlântico para falar com as fontes em pessoa, em vez de arriscar o contacto através da tecnologia. O contacto pessoal com as fontes é também comum entre os jornalistas do alemão *Süddeutsche Zeitung*, pois, como conclui o seu editor-chefe, “temos sido demasiado ingénuos na relação com as nossas fontes” (Poseti, 2014a, p. 35). Os seus jornalistas trabalham hoje com *emails* encriptados, pois saberem usar as ferramentas *online* de forma segura é considerado tão normal como terem conhecimento das leis. Também Michael Maness, da *Knight Foundation*, considera que as redações devem estar dotadas de programas específicos de proteção de dados, como o programa TOR, que visa garantir a privacidade e o anonimato *online* e cujo desenvolvimento foi financiado pela Fundação (Poseti, 2014a).

O investimento das empresas jornalísticas em cibersegurança é considerado estratégico e indispensável, como refere Dan Gilmore, do *Knight-Center for Digital Media Entrepreneurship*: “temos de recuperar o controlo que estamos a perder para os governos e outras empresas. De alguma forma, estamos a dar-lhes esse controlo – se usamos um telemóvel – porque estes são equipamentos de espionagem tal como outros equipamentos móveis” (Poseti, 2014a, p. 36).

Os jornalistas exigem ainda alterações legislativas. Os editores mais experientes e os advogados Reino Unido reclamam a introdução de uma lei de liberdade de expressão que se sobreponha à lei que confere à polícia a

possibilidade de usar poderes de vigilância, o “Regulation of Investigatory Powers Act 2000” (Ripa). Mais de 100 editores, entre eles os editores de todos os jornais nacionais, enviaram um documento ao Primeiro-ministro David Cameron, a protestar contra a vigilância das comunicações dos jornalistas. O pedido foi coordenado pela Society of Editors and Press Gazette, depois de Cameron, após os ataques de janeiro de 2015 em Paris (ao jornal Charlie Hebdo) ter referido a necessidade de mais vigilância “como aquela que as comunicações dos jornalistas têm sido alvo” (Ball, 2015, p. 10).

AS TENDÊNCIAS DO JORNALISMO

A experiência quotidiana e a experiência empírica não deixam hoje qualquer dúvida que ocorreu “uma aceleração maciça dos processos de transporte, comunicação e produção”, que teve como consequência a alteração da forma como cada pessoa se percebe a si própria e ao mundo, no espaço e no tempo (Rosa, 2015, p. 97). A aceleração técnica do subsistema do jornalismo é uma realidade pois, tal como os subsistemas económicos e político, depressa percebeu que o poder está nos *bites* e nos *bytes*, pelo que se apropriou das tecnologias e hoje luta para manter a sua função de guardião, de vigilante em relação aos poderes em nome do interesse público. Nesta luta, pelas razões que já apresentámos, ocorrem processos de desaceleração que resultam sobretudo das relações de interdependência com os subsistemas económico e político.

O jornalismo “é mesmo resiliente e capaz de sobreviver a qualquer apocalipse, mas não sem uma boa dose de sobressaltos e de adaptações na travessia para o novo mundo” (Rech, 2014, p. 3). Hoje o jornalismo é multimédia, distribuído numa multiplicidade de dispositivos, sendo os móveis uma área de inovação, a par da aposta no vídeo (em formatos curtos mas também nos longos, que competem com a televisão), a base da presença nas redes sociais (Fletcher, Radcliffe, Levy, Nielsen & Newman, 2015). Tem em conta as métricas, recolhe dados sobre as suas audiências, personaliza os conteúdos e as horas a que são disponibilizados, no sentido de fidelizar audiências, com os consequentes benefícios económicos (Tomé, 2016). Distingue conteúdos informativos e publicidade, mas cria novas formas desta ser inserida (Rech, 2014). Os/as novos(as) editoras são os/as que distinguem a boa da má notícia, lideram pessoal, conhecem a tecnologia e preocupam-se “com o lado business da informação” (Rech, p. 13). Na área de negócio entre empresas que distribuem informação e as

que a distribuem, cresce o número de notícias escritas pelo computador, o denominado “robo-journalism” (Fletcher et al., 2015).

Em termos de conteúdos, a informação geral, comum aos media de âmbito similar (nacional, internacional), está cada vez mais dependente das agências noticiosas. Uma das causas, porventura, a mais importante, é a crise não resolvida do modelo de negócio tradicional, cuja base era a publicidade e os assinantes. Existem porém três tendências diferenciadoras: i) o jornalismo com base em pequenas comunidades, seja nos meios de âmbito micro ou, por correspondentes, nos media globais (Fletcher et al., 2015); ii) as “grandes reportagens, com design excepcional e de tirar o fôlego”, trabalhos jornalísticos com profundidade, enriquecidos pelo digital (Rech, 2014, p.11); iii) o jornalismo de dados, que consiste em “obter, reportar sobre, tratar e publicar dados no interesse do público” (Stray, 2011, p. 4), concretizando as “novas possibilidades que surgem quando se combina o ‘faro jornalístico’ e a capacidade de contar uma história que absorva o leitor, em função do conjunto da informação digital disponível” (Bradshaw, 2012, p. 4).

A terceira tendência é uma consequência do que Rosa (2015) chama “aceleração técnica”, que provoca alterações em termos culturais, económicos e socio-estruturais. É o jornalismo de investigação com base em grandes volumes de dados, que se processa em quatro fases: i) acesso aos dados; ii) extração e seleção de dados; iii) criação de uma visualização que seja perceptível ao cidadão comum; iv) contar histórias jornalísticas a partir dos dados. O seu processo de produção é maçador no início mas progride até ser relevante, ou seja, o interesse aumenta de fase para fase (Lorenz, 2012).

O jornalismo de dados não é exclusivo dos media de maior dimensão, mas também é praticado por entidades sem fins lucrativos, sejam elas projetos jornalísticos ou de organizações não governamentais. Entre os media com créditos firmados no jornalismo existem bons exemplos, tais como: i) o jornal britânico *The Guardian* (2014), que analisou o papel da democracia em 100 eleições realizadas no mundo em 2014, nas quais votaram mil e 500 milhões de pessoas; ii) o americano *Las Vegas Sun* (2010) publicou um trabalho sobre a qualidade dos cuidados de saúde nos hospitais de Vegas; iii) a agência Bloomberg (s/d) identificou as 200 pessoas mais ricas do mundo e a evolução das suas fortunas, contando também a história de cada um e permitindo visualizar os dados tendo em conta as pessoas, as indústrias, a nacionalidade, género, idade e fontes de riqueza; iv) o semanário português *Expresso* (2014) fez um trabalho centrado no

caso da derrocada do Grupo Espírito Santo, disponibilizando documentos confidenciais, contando histórias jornalísticas a partir deles, contribuindo para a sua compreensão em contexto; v) o diário português Público (2012) estudou os incêndios florestais ocorridos em Portugal desde 2001, recorrendo a peças jornalísticas e a infografias dinâmicas.

Entre as entidades sem fins lucrativos, são exemplos: i) a *Global Witness* (n.d.), organização não governamental criada em 1993, que mostrou o impacto da exploração dos recursos naturais no ambiente e nos direitos dos cidadãos dos países mais pobres; ii) a *Propublica* (2011), criada em 2007 por Paul Steiger, antigo editor do *Wall Street Journal*, com o objetivo de fazer jornalismo no interesse do público, destacando “a exploração dos fracos pelos fortes e a incapacidade dos que têm poder em justificar a confiança depositada neles” (p. 1). A *Propublica* ganhou o prémio *Pulitzer* em 2011 (*National Reporting*) e, numa das mais recentes investigações, *Temp Land – Working in the New Economy*, centra-se no trabalho temporário nos EUA, cuja análise dados permitiu concluir que atingiu níveis recorde desde a grande recessão de 1929, com vantagens para as empresas mas desvantagens para os trabalhadores, que ganham menos, sofrem acidentes de trabalho e não progridem na carreira (Grabell, 2015).

Associada a estes casos de jornalismo de investigação com base em dados, está uma nova tendência do jornalismo: o carácter colaborativo crescente das investigações, sobretudo em casos de análise de quantidades maciças de documentos secretos do poder político e/ou económico. Estes casos de fugas de informação de dados digitais ficaram mundialmente conhecidos com a *Wikileaks* (2011), organização sem fins lucrativos criada em 2007, mas globalmente conhecida a partir de 2010, quando divulgou dados do Governo dos Estados Unidos da América relativos às operações militares no Iraque e no Afeganistão, bem como acerca do funcionamento da base de Guantanamo, em Cuba. Os documentos, que a *Wikileaks* fez chegar ao *New York Times*, ao *The Guardian* e à *Der Spiegel*, diziam respeito ao período de 2004 a 2009, e tiveram enormes repercussões, sendo ainda hoje motivo de discussão, sobretudo em termos da ética e dos métodos no jornalismo. Em 2013, a organização disponibilizou aos jornalistas o conteúdo 250 mil telegramas diplomáticos do Departamento de Estado norte-americano (caso que ficou conhecido como *Cablegate*).

A ação da *Wikileaks* provocou uma colisão entre os media tradicionais e os novos media, entre uma posição conservadora e uma posição mais aberta da relação entre o direito à informação e o direito do estado a

ocultar informação em casos de segurança nacional (Hindman & Thomas, 2014). E foi um ponto de não retorno, como constata Heemsbergen:

Apesar de a *Wikileaks* ter estabelecido um precedente em termos de fugas de informação digital e da investigação descentralizada, estes processos foram desenvolvidos por jornalistas de renome, e representam o futuro do jornalismo de investigação em tempos de orçamentos reduzidos. (Heemsbergen, 2013, p.9)

Outros casos se seguiram, com notoriedade global, como os revelados pelo *International Consortium of Investigative Journalists* (ICIJ), organização sem fins lucrativos criada em 1997 pelo jornalista americano Chuck Lewis, com o objetivo de desenvolver jornalismo de investigação de carácter internacional (ICIJ, 2012).

Em abril de 2013, o jornalista australiano Gerard Ryle recebeu uma carta anónima com um disco rígido cujos documentos envolviam personalidades mundiais num esquema de fuga fiscal. “Os dados e as histórias que continham eram demasiado complexos para um só jornal e demasiado diversificados para serem percebidos na lógica de um só continente” (Heemsbergen, 2013, p. 6). Os documentos foram analisados por uma equipa de 86 jornalistas, de 38 empresas e 46 países. As notícias produzidas a partir dos documentos envolveram personalidades de 170 países, da Venezuela ao Reino Unido, do Canadá à Rússia (Wayne, Carr, Guevara, Cabra & Hudson, 2013).

Em novembro de 2014, o ICIJ revelou que cerca de 350 multinacionais, como a *Pepsi*, a *Ikea* ou a *FedEx*, fizeram acordos secretos com o Governo do Luxemburgo que lhes permitiram escapar ao pagamento de milhares de milhões de euros em impostos. Conhecido como *Luxembourg Leaks* (ou *Lux Leaks*), o caso dominou a atualidade mediática. A investigação consistiu na análise de 28 mil páginas de documentos confidenciais, por mais de 80 jornalistas de 26 países (Wayne, Carr, Guevara, Cabra & Hudson, 2014). O jornalista francês que iniciara a investigação dos acordos secretos, em 2012, integrou a equipa e destaca a “estratégica sistemática de análise dos documentos”, e o “uso de tecnologias” usadas, que ele não possuía, tendo concluído: “esta história é global. Só pode ser contada com uma visão global” (Perrin, 2014).

Em fevereiro de 2015, o ICIJ recebeu, do diário francês *Le Monde*, um conjunto de documentos secretos da filial suíça do banco britânico HSBC, relativo a contas bancárias de pessoas identificadas pela Organização das Nações Unidas como criminosos, traficantes, acusados de fuga fiscal,

políticos e celebridades de todo o mundo. De acordo com os documentos, datados de 2007, e analisados por organizações de jornalistas de 45 países, centenas de milhões de dólares teriam sido ocultados às autoridades fiscais (Ryle et al., 2015).

Em abril de 2016, o ICIJ começou a publicar os resultados de um ano de trabalho dedicado à análise de 11,5 milhões de documentos privados de uma sociedade de advogados do Panamá, a Mossack Fonseca, relativos a 214 mil entidades sediadas em paraísos fiscais. O caso ficou conhecido como *Panama Papers*. Os dados envolviam pessoas de mais de 200 países ou territórios, entre eles 12 atuais ou antigos líderes mundiais, outros 128 políticos, autores de fraudes, traficantes, bilionários, celebridades e estrelas do desporto. O gigantesco número de documentos foi analisado pelos profissionais do ICIJ, do jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* e por mais de 100 outras organizações de jornalistas (ICIJ, 2016). As suspeitas, de vária ordem, mas associadas a crimes fiscais, tiveram efeitos e vários setores, que continuarão nos próximos anos.

Caracterizando as organizações envolvidas, os participantes na investigação jornalística, o tipo de dados em análise, a forma como são disponibilizados e as histórias que deles resultam, identificámos características comuns aos trabalhos jornalísticos que referenciamos: i) os dados são analisados por jornalistas em conjunto com peritos de outras áreas; ii) a quantidade de documentos envolvidos, sobretudo no caso das fugas de informação, é crescente, tal como o número de jornalistas e de organizações que participam na análise dos dados; iii) os documentos analisados e outras informações são disponibilizados online, pelo que outras histórias, com outros ângulos, podem ser produzidas a partir deles; iv) a forma como os dados estão disponibilizados permite a sua atualização permanente, ou seja, existe um jornalismo de base de dados [*database journalism*] (Holovaty, 2006); v) os sítios internet em que os dados estão disponibilizados dão pistas e explicações acerca de como o leitor poderá analisar os documentos originais; vi) os artigos incluem o contexto de enquadramento, que ajuda o leitor a compreender; vii) o público é convidado a colaborar com as entidades, fazendo chegar outros documentos ou informações que considerem relevantes, promovendo um jornalismo em rede.

CONCLUSÕES

O subsistema político e o subsistema económico rapidamente compreenderam que o poder está hoje no desenvolvimento tecnológico, pelo

que apropriam-se das tecnologias para prolongarem o seu poder no tempo. Ambos conseguiram, mas a economia impôs aceleração social, uma temporalidade do dia a dia, do ciclo de vida e do próprio tempo histórico, que a política não consegue acompanhar, pois o seu tempo de decisão, regido por cânones democráticos, é muito superior, ainda mais numa sociedade em que os consensos ou até as maiorias são cada vez mais difíceis de conseguir.

A economia impôs um sistema democrático neoliberal, que impele os outros sistemas sociais a acompanharem a aceleração social do subsistema económico, o que só alguns conseguirão. Ocorre então o que Rosa (2015) denomina a simultaneidade do não simultâneo, a dessincronização entre subsistemas, que condiciona o equilíbrio de todo o sistema. O poder político esforça-se para manter o seu poder e o controlo social, recorrendo às potencialidades crescentes das tecnologias, criando sistemas de vigilância, tanto mais abrangentes quanto mais poder tem o Estado a que pertence. Assim, apesar da dessincronização entre política e economia, os dois subsistemas têm interesses comuns e colaboram, ainda que essa colaboração não seja assumida, uma vez que o poder político está associado ao capital de uma forma sem precedentes (Hassan, 2008).

A vigilância em massa tem como consequência uma dessincronização do poder político e económico com o subsistema que se esforça por fazer a vigilância dos outros subsistemas, em nome do interesse público: o jornalismo. O poder político justifica a vigilância em massa com a necessidade premente de combater o terrorismo e faz leis nesse sentido. Aumentando a vigilância aos jornalistas, põe em causa um dos valores do jornalismo de investigação, como é o anonimato das fontes. Na incerteza, as fontes não fazem denúncias e mais casos em que o interesse público sai lesado ficarão por contar. O poder económico impõe lógicas de comunicação adaptadas ao sistema político dos estados fortes, como fez a Google na China, ao aceitar criar um algoritmo que impede os cidadãos chineses de aceder a certos conteúdos através daquele motor de busca.

Mas o jornalismo reage, inovando na proteção de fontes e pressionando o poder político a legislar em matéria de proteção de fontes. E vai mais longe. Explora ao máximo o potencial das tecnologias, em termos empresariais e de conteúdos, organiza-se de forma a manter a vigilância e o escrutínio dos poderes, sobretudo do político e do económico. Tal é visível em casos recentes de fuga fiscal, como o *Panama Papers*, o escândalo *HSBC*, o *Lux Leaks*, nos quais estavam envolvidas personalidades de várias áreas, entre eles políticos. A maior afronta ao poder político, na defesa do

interesse público, foi o escândalo da vigilância em massa revelado nos documentos de Edward Snowden. Este foi um marco no desenvolvimento do novo jornalismo de investigação, com base em dados. Apesar dos escândalos e das suas implicações, da sensação que tudo muda, a verdade é que o sistema se mantém, sem que a sociedade entre em rotura. Porquê? Porque tem medo. O medo do ritmo de mudança que leva as pessoas a não o desafiarem. O medo do colapso económico, que leva as pessoas a não questionar os especialistas. O medo de que os políticos não tenham a certeza do que estão a fazer (Hassan, 2008). Mas o jornalismo está a questionar, a tentar que a sociedade vá além desse medo. Resta saber se o consegue e, se o fizer, quais serão as consequências!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ball, J. (2015, 19 de janeiro). GCHQ captured emails of journalists from top international media. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/uk-news/2015/jan/19/gchq-intercepted-emails-journalists-ny-times-bbc-guardian-le-monde-reuters-nbc-washington-post>
- Bamford, J. (2014, 8 de agosto). Edward Snowden, the untold story. *Wired Magazine*. Retirado de <http://www.wired.com/2014/08/edward-snowden/>
- Borger, J. (2013, 20 de agosto). NSA files: why the Guardian in London destroyed hard drives of leaked files. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/world/2013/aug/20/nsa-snowden-files-drives-destroyed-london>
- Bradshaw, P. (2012). What is data journalism?. In J. Gray, L. Bonegru & L. Chambers, *Data Journalism Handbook*. Cambridge: Open Knowledge Foundation. Retirado de <http://datajournalismhandbook.org/1.0/en/index.html>
- Expresso. (2014, 16 de novembro). Expresso revela arquivo de documentos confidenciais do caso Espírito Santo. *Expresso*. Retirado de <http://expresso.sapo.pt/expresso-revela-arquivo-de-documentos-confidenciais-do-caso-espirito-santo=f898375#ixzz3O8FgVRjF>
- Fletcher, R., Radcliffe, D., Levy, A., Nielsen, R. & Newman, N. (2015). *Reuters institute for digital news report 2015- supplementary report*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. Retirado de http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Supplementary%20Digital%20News%20Report%202015.pdf?utm_source=reutersinstitute.politics.ox.ac.uk&utm_medium=referral
- Fukuyama, F. (1991). *La fin de l'histoire et le dernier Homme*. Paris: Flammarion.

- Gellman, B. & Poitras, L. (2013, 7 de junho). U.S. British Intelligence mining data from nine U.S. Internet companies in broad secret program. *Washington Post*. Retirado de https://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3aocoda8-cebf-11e2-8845-d970ccbo4497_story.html
- Gibson, J. (2014). Thought-leader Interview, Janine Gibson, *The Guardian* (Entrevista concedida a Julie Poseti). In J. Poseti (Ed.), *Trends in Newsrooms 2014* (pp. 7-11). Darmstadt: WAN/IFRA. Retirado de <https://pt.scribd.com/doc/234860307/Trends-in-Newsrooms-2014>
- Gabel, M. (2015, 6 de janeiro). Illinois revokes license of temp agency check cashing store. *Propublica*. Retirado de <http://www.propublica.org/article/illinois-revokes-license-of-temp-agency-check-cashing-store>
- Greenwald, G. & MacAskill, E. (2013, 7 de junho). NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. *TheGuardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>
- Greenwald, G., Kaz, R. & Casado, J. (2013, 6 de julho). EUA espionaram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. *O Globo*. Retirado de <http://oglobo.globo.com/mundo/eua-espionaram-milhoes-de-mails-ligacoes-de-brasileiros-8940934>
- Godignon, L. (2014, 6 de agosto). Un nouvel Edward Snowden fait-il trembler les Etats-Unis?. *L'Express*. Retirado de http://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-nord/un-nouvel-edward-snowden-fait-il-trembler-les-etats-unis_1564478.html#xJlwpZJxmcxgDhcF.99
- Hassan, R. (2008). *The Information Society*. Cambridge: Polity Press.
- Heemsbergen, L. (2013, 8 de abril). Wikiworld: the future of investigative journalism. *The Conversation*. Retirado de <http://theconversation.com/wikiworld-the-future-of-investigative-journalism-13284>
- Hindman, E. & Thomas, R. (2014). When old and new media collide: The case of WikiLeaks. *New Media & Society*, 16(4), 541-558.
- Lam, L. & Chen, S. (2013, 22 de junho). EXCLUSIVE: Snowden reveals more US cyberspying details. *South China Morning Post*. Retirado de <http://www.scmp.com/news/hong-kong/article/1266777/exclusive-snowden-safe-hong-kong-more-us-cyberspying-details-revealed>
- Le Parisien. (2013, 3 de julho). L'affaire Snowden, un scandale mondial. *Le Parisien*. Retirado de <http://www.leparisien.fr/international/chronologie-interactive-l-affaire-snowden-un-scandale-mondial-03-07-2013-2950953.php#xtref=https%3A%2F%2Fwww.google.pt%2F>

- Poitras, L., Rosenbach, M., Schmid, F. & Stark, H. (2013, 29 de junho). Attacks from America: nsa spied on European Union offices. *Der Spiegel*. Retirado de <http://www.spiegel.de/international/europe/nsa-spied-on-european-union-offices-a-908590.html>
- Poseti, J. (2014a). Shielding journalism in the age of surveillance. In J. Poseti (Ed.), *Trends in Newsrooms 2014* (pp. 31-40). Darmstadt: WAN/IFRA. Retirado de <https://pt.scribd.com/doc/234860307/Trends-in-Newsrooms-2014>
- Poseti, J. (2015). Protecting Journalism Sources in the digital age. In R. P. Ichou (ed.), *World Trends In Freedom of Expression and Media Development: Special Digital Focus 2015* (pp. 61-92). Paris: Unesco. Retirado de http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/protecting_journalism_sources_in_digital_age.pdf.
- Público. (2012). Doze anos de incêndios. *Público*. Retirado de <http://publico.pt/floresta-em-perigo/doze-anos-de-incendios>
- Rech, M. (2014, 30 de dezembro). As 10 tendências do jornalismo em 2014. *Observatório da Imprensa*, 831. Retirado de http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed831_as_10_tendencias_do_jornalismo_em_2014
- Rosa, H. (2015). *Social acceleration – a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press.
- Snowden, E. (2015, 4 de junho). Edward Snowden: the world says no to surveillance. *The New York Times*. Retirado de <http://nyti.ms/1neu5r>
- Stray, J. (2011, 31 de janeiro). A computational journalism reading list [Post em blogue]. Retirado de <http://jonathanstray.com/a-computational-journalism-reading-list>
- The Guardian. (2014, 30 de dezembro). 2014: a good year for democracy?. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/news/datablog/2014/dec/30/2014-a-good-year-for-democracy>
- Watts, J. (2013, 19 de agosto). David Miranda: 'They said I would be put in jail if I didn't co-operate'. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/world/2013/aug/19/david-miranda-interview-detention-heathrow>

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Bloomberg (s. d.). Bloomberg billionaires - Today's ranking of the world's richest people. Bloomberg. Retirado de <http://www.bloomberg.com/billionaires/2016-05-13/cya>

- Global Witness. (2011). Governance. Global Witness. Retirado de <http://www.globalwitness.org/about-us/governance>
- Holcomb, J., Mitchell, A. & Purcell, K. (2015, 5 de fevereiro). Investigative Journalists and Digital Security. Pew Research Center. Retirado de <http://www.journalism.org/2015/02/05/investigative-journalists-and-digital-security/>
- Holovaty, A. (2006, 6 de setembro). A fundamental way newspaper sites need to change. [Post em blogue]. Retirado de <http://www.holovaty.com/writing/fundamental-change/>
- ICIJ - International Consortium of Investigative Journalists. (2012). About the ICIJ. ICIJ. Retirado de <http://www.icij.org/about>
- ICIJ - International Consortium of Investigative Journalists. (2016, 3 de abril). Giant Leak of Off shore Financial Records Exposes Global Array of Crime and Corruption. ICIJ. Retirado de <https://panamapapers.icij.org/20160403-panama-papers-global-overview.html>
- Las Vegas Sun (2010). Do no Harm. Las Vegas Sun. Retirado de <http://www.lasvegassun.com/hospital-care/>
- Lorenz, M. (2012). Data-driven journalism: saving newsrooms, one at a time. [Arquivo power point]. Retirado de <http://pt.slideshare.net/mirkolorenz/ddj-naprejforward-2012-mirko-lorenz>
- Perrin, E. (2014, 5 de novembro). This story is global, it can only be told with a global eye. ICIJ. Retirado de <http://www.icij.org/project/luxembourg-leaks/story-global-it-can-only-be-told-global-eye>
- Poseti, J. (2014b, 25 de fevereiro). UNESCO calls for editors' input in online privacy study, World News Publishing Focus. Retirado de <http://blog.wanifra.org/2014/02/25/unesco-calls-for-editors-input-in-online-privacy-study>
- Propublica (n.d). About us. Propublica. Retirado de <http://www.propublica.org/about/>
- Ryle, G., Fitzgibbon, W., Cabra, M., Carvajal, R., Guevara, M., Hamilton, M. & Stites, T. (2015, 8 de fevereiro). Banking giant HSBC sheltered murky cash linked to dictators and arms dealers. ICIJ. Retirado de <https://www.icij.org/project/swiss-leaks/banking-giant-hsbc-sheltered-murky-cash-linked-dictators-and-arms-dealers>
- Tomé, V. (2016, 17 de fevereiro). Futuro dos media reside no 'big data' das audiências. European Journalism Observatory. Retirado de <http://pt.ejo.ch/jornalismo/10656>

- Tow Centre for Digital Journalism. (n.d.). Journalism after snowden - research project description. Tow Centre for Digital Journalism. Retirado de <http://towcenter.org/journalism-after-snowden/>
- Unesco (2013, novembro). Resolution on Internet related issues: including access to information and knowledge, freedom of expression, privacy and ethical dimensions of the information society. Retirado de http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/37gc_resolution_internet.pdf
- ONU. (2013). General Assembly backs right to privacy in digital age. UN News Centre. Retirado de <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46780&Cr=privacy&Cr1=#.VL5wxoesVyW>
- Wayne, L., Carr, K., Guevara, M., Cabra, M. & Hudson. (2013, 16 de abril). Who uses the offshore world. ICIJ. Retirado de <http://www.icij.org/offshore/who-uses-offshore-world>
- Wayne, L., Carr, K., Guevara, M., Cabra, M. & Hudson. (2014, 5 de novembro). Leaked documents expose global companies' secret tax deals in Luxembourg. ICIJ. Retirado de <http://www.icij.org/project/luxembourg-leaks/leaked-documents-expose-global-companies-secret-tax-deals-luxembourg>
- Wikileaks. (2011). What is Wikileaks? Retirado de <https://wikileaks.org/About.html>

Citação:

Tomé, V. (2017). O jornalismo pós-Snowden em contextos de aceleração social. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 291-311). Braga: CECS.